

Fórum Florestal Fluminense

Notas de Reunião

Evento	Reunião de retomada do Fórum Florestal Fluminense (FFF)		
Data	06/10/2021	Local	Online
Participantes	Lista dos participantes anexada ao final do documento		
Objetivos da reunião	<p>1) Restabelecer o FFF como espaço de discussões para o desenvolvimento florestal do estado do Rio de Janeiro;</p> <p>2) Apresentar brevemente oportunidades e desafios para os temas silvicultura e restauração florestal que foram as principais agendas do FFF no passado;</p> <p>3) Definir temas prioritários para o FFF e para suas próximas reuniões.</p>		
Destaques e resultados	<p>ABERTURA</p> <p>A reunião começou com a apresentação das instituições promotoras da retomada do FFF, sendo seus representantes Beto Mesquita pela BVRio (integrante do conselho de coordenação do Diálogo Florestal), Fernanda Rodrigues pelo Diálogo Florestal (DF), Michelle Ribeiro pela Associação Profissional de Engenheiros Florestais do Estado do Rio de Janeiro (APEFERJ), Telmo Borges pela Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), Ronaldo Martins pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), Rodolfo Tavares pela Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FAERJ) e Luiz Fernando Moraes pela Embrapa Agrobiologia. Na sequência, foi solicitado que cada participante fizesse uma breve apresentação dizendo seu nome, instituição e expectativas para a reunião.</p> <p>SESSÃO 1 – HISTÓRICO E ATUAÇÃO DO DIÁLOGO FLORESTAL E DO FÓRUM FLORESTAL FLUMINENSE</p> <p>1) Após as boas-vindas, Fernanda Rodrigues fez sua apresentação sobre o histórico, atuação e organização do Diálogo Florestal. Foram expostos os demais fóruns regionais que compõe o DF, um histórico do “The Forest Dialogue” que organiza fóruns internacionais sobre questões florestais e foi a inspiração para criação do DF. Com mais de 15 anos de atuação no Brasil, o DF tem fomentado o diálogo entre sociedade, empresas e poder público visando a construção de agendas positivas e pontos convergente entre os interesses de cada parte. Por fim, Fernanda mencionou sobre a realização do Encontro Nacional do Diálogo Florestal, que ocorrerá nos dias 17 e 18 de novembro de 2021 e no qual instituições que participam do FFF teriam acesso a sessões fechadas do evento.</p> <p>2) A apresentação seguinte foi de Beto Mesquita que iniciou com um breve histórico do FFF, que teve no total 17 encontros, com atividade mais intensa entre 2008 e 2011 e como temas principais a restauração florestal e o desenvolvimento da silvicultura no estado. Nos últimos cinco anos as atividades do FFF estiveram reduzidas a alguns encontros anuais, sem outras formas de atuação, periodicidade das reuniões e outros eventos. Como um registro e referência da importância que o FFF pode ter para o desenvolvimento florestal</p>		

do estado do Rio de Janeiro (ERJ), Beto apresentou um documento elaborado no ano de 2011 intitulado “Pontos Críticos para o Desenvolvimento Florestal do Rio de Janeiro” que apresentava 13 questões estratégicas para o setor florestal no estado. A partir do interesse de participantes, a organização do encontro se comprometeu a enviar este documento por e-mail a todos os participantes. Beto abordou brevemente as questões uma por uma, demonstrando como elas orientaram a criação de políticas e regulamentações importantes para o setor e como algumas delas permanecem como demandas atuais sobre as quais a discussão precisa ser retomada.

3) Após as duas apresentações foi aberto o espaço para perguntas. Entre os esclarecimentos mais relevantes, destacam-se a explicação de Beto sobre características da governança do FFF e do DF, onde é valorizada a independência das instituições e de suas opiniões e a participação dos mais variados atores. Fernanda também elucidou que a participação nos fóruns do DF como ouvinte em geral é aberta a todos, mas para ser participante formal do FFF ou outro fórum do DF é necessário ser uma instituição, indivíduos em si não podem ser participantes formais. Beto ressaltou ainda que uma das principais características do FFF é a participação de instituições do poder público, o que não ocorre nos demais fóruns regionais do DF. Pela presente reunião é capaz constatar que essa característica se mantém, considerando a quantidade de participantes vinculados a instituições de governo.

Não restando mais questões ou posicionamentos, deu-se início a próxima sessão.

SESSÃO 2 – TÓPICOS SOBRE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1) Como mediador desta segunda sessão Jorge Alonso passou a palavra para Ronaldo Martins apresentar um panorama sobre as oportunidades e desafios para a silvicultura no ERJ. Ronaldo ressaltou que há muitos anos se fala que o ERJ tem grande aptidão para silvicultura, mas a atividade nunca se concretizou no estado. Traçando o histórico ele mencionou que desde 2001 se discutia no âmbito da FIRJAN a falta de regulamentação para silvicultura, o que mudou com a publicação da Lei nº 5.067 de 09 de julho de 2007. O problema é que nesta lei foi inserida questão do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) e a silvicultura ficou como uma questão secundária. Ronaldo relatou o caso em que, depois que a lei virou um decreto, a empresa de papel e celulose Aracruz celebrou algumas parcerias de fomento com produtores da região Norte e Noroeste do ERJ. Mas os produtores tiveram problemas com licenciamento para corte das árvores e a Aracruz os liberou do compromisso de fornecer a madeira para a empresa e cada produtor procurou uma destinação. Ronaldo mencionou que o desacordo na legislação impediu a exploração mesmo em áreas que haviam sido licenciadas. Ele mencionou perceber que o entendimento sobre a questão está evoluindo e que mudanças são possíveis.

Dando continuidade ao histórico, Ronaldo relatou que em 2009 a FIRJAN fez com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) um levantamento da área de floresta plantada no ERJ, no qual foram encontrado 30.000 ha. O que é muito pouco, ainda mais quando se considera a área plantada nos estados vizinhos. Mesmo tendo mercado consumidor para madeira, a falta de indústrias no estado para estimular plantios dificulta a expansão da atividade.

Em seguida, Ronaldo mencionou que em 2012 a FIRJAN fez estudo em parceria com a Pöyry que averiguou existir uma grande demanda por madeira no ERJ. O consumo de madeira do estado para diferentes fins é alto, mas em geral a produção é feita em estados vizinhos. Os grandes gargalos que Ronaldo observa atualmente é que o ERJ não evoluiu na

questão da capacitação, além disso a legislação que é 2007 está desatualizada já que muita coisa mudou nesses anos, por exemplo o atual Sistema Estadual de Licenciamento e Controle Ambiental – SELCA, com o qual a lei de silvicultura está em desacordo. A ausência de linhas para fomento seria outro problema, já que não há no ERJ agentes para financiar uma atividade que demore 7 anos para dar retorno.

2) Na sequência Telmo Borges apresentou sobre as oportunidades e desafios para restauração florestal no ERJ. Ele iniciou complementando a apresentação do Ronaldo e mencionou que o governo estadual reconhece a necessidade de atrair novos investimentos para o ERJ e que a silvicultura é considerada como uma atividade com potencial. Além disso, existe a necessidade de superar barreiras sociais contra a silvicultura no ERJ. O ZEE demonstra que boa parte das áreas agrícolas do estado são pastagens degradadas, nas quais a silvicultura pode ser empregada como atividade mais rentável e sustentável. Ressaltou a necessidade de se investir em extensão e assistência técnica florestal, além de linhas de financiamento. Reforçou que de fato existe um gargalo no licenciamento, agravado pelo fato de que desde 2007 houve mudanças em leis federais sobre assuntos florestais, o que confirma a necessidade de atualização da legislação estadual.

Em seguida, Telmo iniciou sua apresentação abordando o que tem sido desenvolvido como política estadual para restauração florestal. Mencionou que o estado assume a gestão florestal a partir de 2007, com a descentralização do tema. Em 2009 é feita a reestruturação dos órgãos ambientais do governo estadual, sendo criado o Instituto Estadual do Ambiente (INEA). Em 2015 é publicada a Lei Estadual nº 7.061 de 25 de setembro de 2015, tratando sobre a restauração florestal na compensação de danos ambientais. Em 2014 é publicada a resolução INEA, nº 89/2014 sobre o cálculo para reposição florestal. Em 2016 as resoluções do INEA nº 139/2016 que disciplina a coleta de sementes em unidades de conservação estaduais e a nº 140/2016 que cria o banco público de áreas para a restauração e a resolução conjunta SEA/INEA nº 630/2016 que regulamenta a “carteira da restauração florestal”, posteriormente alterada pela Resolução SEAS nº 12/2019. Em 2017 é publicada resolução INEA nº 143/2017 sobre o sistema estadual de monitoramento e avaliação da restauração e a Emenda Constitucional nº 70 de 12 de dezembro de 2017 sobre compensação ambiental. Em 2018 a resolução INEA nº 149/2018 institui o programa de regularização ambiental. Em 2019 a resolução INEA nº 190/2019 disciplina o controle químico para restauração florestal no ERJ, a lei nº 8.515 de 05 de setembro de 2019 que institui a política estadual e plano estadual de restauração ecológica. Em 2020 é criado o Programa Florestas do Amanhã, que só foi possível a partir dos recursos financeiros do termo de ajustamento de conduta (TAC) firmado com a Petrobrás pela compensação do COMPERJ.

Telmo mencionou ainda que o estado tem mapeado os mananciais e áreas prioritárias para a restauração, com publicações disponibilizadas pelo INEA. As regiões Norte e Noroeste do estado são onde existe hoje maior carência de cobertura florestal, principalmente em áreas sob o domínio de florestas estacionais. O estado hoje conta com nove projetos de pagamento por serviços ambientais, abrangendo 18 municípios. O inventário florestal estadual terá o seu segundo ciclo em breve. A contratação para discussão e elaboração do plano estadual de restauração já está prevista, devendo ser feita ainda esse ano para iniciar a elaboração no próximo. Os recursos provenientes de TACs e licenciamentos tem sido utilizado para contratar projetos de restauração e fiscalizar outros já implantados visando melhor eficiência dos recursos aplicados. O Programa Florestas do Amanhã está em execução, tem a previsão de mais um edital para o próximo mês e de outros em breve.

Telmo também mencionou sobre estudo finalizado pela SEAS sobre o potencial de absorção de carbono em áreas restauradas. Ronaldo complementou haver um novo instrumento federal de cédula de produtor rural verde (CPR Verde) que quando regulamentado pode colaborar neste sentido. Ronaldo ainda reforçou que é preciso quantificar de forma confiável e transparente o carbono, do contrário o investir não vai ter interesse em créditos vindos de restauração florestal. Telmo respondeu que uma ferramenta para quantificar carbono nas florestas do estado já foi desenvolvida. A partir dos dados do inventário florestal foram geradas equações para quantificar carbono nas diferentes fitofisionomias do estado e que agora o objetivo é construir novas equações para áreas em restauração.

3) Após as exposições, foi aberto o debate, os pontos de destaque do mesmo são descritos em seguida.

Abilio Tozini da FAM – RIO questionou a ambos os apresentadores sobre a situação das florestas naturais do estado, já que não adianta restauração florestal se não prezar pela conservação das florestas existentes. Abilio perguntou o que falta para a floresta do camboatá ser de fato protegida e virar uma unidade de conservação? Como o governo estadual poderia atuar neste processo? Telmo explicou que o governo estadual possui o Programa Olho no Verde para monitoramento de áreas de floresta natural. A questão do camboatá é complexa e envolve muitos atores no âmbito municipal, podendo ser o mais adequado a criação de uma unidade de conservação municipal. Também colocou que não sabe de mais detalhes sobre atuação do governo estadual neste e outros assuntos relacionados a conservação desta área, pois esta seria uma atribuição de outra pasta no INEA. Mais adiante na reunião, Beto mencionou que talvez um terceiro ponto de discussão para o FFF seja a perda de cobertura florestal por expansão urbana, muitas vezes irregular.

Salvador Sá da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro perguntou sobre as perspectivas de participação de produtores rurais no FFF. Se eles haviam sido convidados e por que não estavam presentes na reunião? Telmo respondeu que o FFF é aberto a participação de todos e que a presença de diferentes atores é bastante dinâmica. Ele também assumiu que as próximas reuniões precisam ser mais bem divulgadas para os produtores. Rodolfo se manifestou como uma das representações do setor e que pode transmitir as questões discutidas aos produtores rurais. Ronaldo complementou que seria interessante convidar produtores rurais apenas quando tiver algo de concreto para lhes apresentar, do contrário não seria produtivo. Também sugeriu organizar reuniões regionais onde assuntos locais podem ser mais bem discutidos. Ronaldo e Rodolfo manifestaram conhecer produtores que podem integrar as discussões do FFF no futuro. Ronaldo mencionou que atualmente os produtores florestais do estado não estão em boas condições, mas que ele acredita que os preços do gás podem levar a uma demanda por lenha e biomassa. Beto lembrou que na primeira fase do FFF vários encontros ocorreram no interior do estado e que essa era uma maneira de se aproximar dos produtores. Essas atividades podem ser planejadas assim que houver possibilidade de organizar reuniões presenciais.

Beto perguntou ao Telmo se há alguma forma de aplicar as estimativas de carbono geradas com os dados do inventário? Se esses modelos já estão disponíveis e como está essa questão em termos de políticas públicas? Telmo respondeu que as equações estão publicadas em artigo científico, elaborado a partir de uma tese do Eng. Florestal Vinicius Cysneiros que já foi defendida na UFPR. Além disso, os modelos devem ser utilizados em

website do estado para que qualquer indivíduo possa ter uma estimativa do estoque de carbono de uma determinada área de vegetação.

Beto comentou que uma das melhores formas de fomentar plantios florestais é a partir da instalação de indústrias de base florestal. Na sequência perguntou para o Ronaldo se existe alguma perspectiva de implantação de indústrias florestais no ERJ? Ronaldo comentou que recebe demandas com certa frequência, mas que a legislação estadual desanima os empreendimentos. Ele comentou que é preciso melhorar a base do setor, se ela estiver funcionando, o restante tende a ser atraído. Há necessidade de melhorar o marco legal estadual e focar investimentos e ações nos distritos florestais, principalmente Norte e Noroeste que tem mais áreas de pasto degradado e tem o porto na vizinhança. Tendo previsão de oferta de madeira, as indústrias viriam se instalar no ERJ. Rodolfo ponderou que talvez o melhor caminho não seja apenas a expansão florestal no ERJ, mas a parceria entre a expansão, a recuperação de reserva legal e APP. Além da florestal, ele considera que existem outras cadeias produtivas sustentáveis que tenham aptidão no ERJ.

Claudio Bohrer da UFF ressaltou que houve uma ampliação considerável dos dados e informações levantados e disponibilizados por parte do estado, que construiu boa base para embasar políticas. Além da evolução da legislação, onde ainda há espaço para melhorar, mas o avanço é claro. Ele falou que tem percebido que alguns plantios florestais pequenos acabam não sendo contabilizados nos dados de estudos. Claudio também contou um caso que ocorreu no Vale do Paraíba, onde uma empresa do setor florestal não conseguia fazer o corte de uma área que havia sido previamente licenciada para plantio de eucalipto, afetando a produtividade da área e a qualidade da madeira para celulose. Ele colocou a questão do licenciamento como o maior gargalo para desenvolvimento do setor florestal no estado, sendo este um fator que desestimula investimentos. Por fim, Claudio reforçou o comentário do Rodolfo sugerindo a inclusão de outras espécies para plantios florestais, sistemas agroflorestais e outras formas de cultivo.

Telmo comentou que a decisão do que cultivar em sua área cabe a cada proprietário, ao estado cabe regulamentar e fomentar a sustentabilidade de diferentes culturas e formas de cultivo. Mencionou que além da celulose a silvicultura tem potencial de gerar uma fonte energia renovável, inclusive produzindo matéria para exportação. Ronaldo complementou que deve se avaliar cada situação, onde existem atividades mais rentáveis que a silvicultura, cabe ao proprietário decidir como explorar sua área. Sendo função do estado, órgãos de pesquisa e extensão fornecer as informações, orientação e as condições para que se viabilize a produção.

Alexander Resende da Embrapa Agrobiologia ressaltou a importância da restauração florestal para desenvolvimento florestal do ERJ. Ele mencionou o aplicativo “Restaura Mata Atlântica” desenvolvido em parceria da Embrapa Agrobiologia com a UFRRJ que contém dados de mais de 270 espécies florestais. Alexander solicitou ao Telmo que seja previsto orçamento para que os plantios de restauração em diferentes condições sejam estudados, gerando dados para alimentar o aplicativo, aprimorando a ferramenta que pode ser utilizada no planejamento de ações de restauração. Telmo confirmou a necessidade de avançar no monitoramento da restauração e que o governo estadual está implementando um portal para compartilhar informações e dados sobre o tema. Telmo complementou que um dos maiores emissores de carbono do ERJ é o setor de geração de energia, ressaltando o potencial da silvicultura e restauração florestal para compensar essas emissões de carbono, além do retorno econômico que áreas restauradas podem

	<p>fornecer por meio de pagamento por serviços ambientais. O monitoramento é uma ação chave para garantir o provimento destas funções por áreas de floresta em restauração ou restaurada.</p> <p>Após estas considerações, Jorge finalizou a sessão e passou a palavra para o Beto Mesquita iniciar as discussões da próxima.</p> <p>SESSÃO 4 – DEFINIÇÃO DE TEMAS PRIORITÁRIOS PARA O FÓRUM E AGENDAMENTO DA PRÓXIMA REUNIÃO</p> <p>Beto colocou que o fórum não deve e nem vai se posicionar apenas sobre os dois assuntos pré-definidos (silvicultura e restauração florestal), mas que esses seriam os dois temas prioritários para a retomada das reuniões. Ele abriu a questão para consulta dos participantes e ninguém se opôs. Em seguida, Beto propôs para o próximo encontro três questões: 1) de analisar ponto a ponto o documento apresentado pelo FFF em 2011 com objetivo de futuramente gerar um documento semelhante com as demandas atuais; 2) apresentação da Juliana Freire sobre o diagnóstico; 3) abordar o ajuste do marco legal estadual para investimentos no setor florestal. Também colocou em discussão qual seria a data do próximo encontro.</p> <p>Após discussão entre os participantes, ficou definido que a próxima reunião do fórum será realizada no dia 24 de novembro de 2021. A pauta da reunião vai ser: 1) uma breve análise do documento com os pontos críticos apresentados pelo FFF em 2011; 2) apresentação da Juliana Freire sobre o novo diagnóstico da produção de sementes e mudas florestais no ERJ.</p> <p>Foi discutido que por uma questão de tempo, talvez não fosse conveniente abordar um terceiro tema. Jorge e Telmo se comprometeram a fazer a análise do documento de 2011 com os pontos críticos para o setor.</p> <p>Para organizar a governança do FFF, planejar as próximas reuniões e definir questões sobre a participação do FFF no DF, Fernanda e Beto propuseram formar um grupo de trabalho de articulação, formado pelas mesmas as instituições que fizeram parte da organização da reunião para retomada do FFF. Jorge se disponibilizou a convocar este grupo de trabalho de integração por e-mail.</p>
<p>Próximos passos</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Marcar a reunião do Grupo de Trabalho de Integração do FFF; 2. Enviar aos participantes o documento de 2011 “Pontos Críticos para o Desenvolvimento Florestal do Rio de Janeiro”; 3. Fazer uma avaliação da reunião do FFF no dia 06/10/21; 4. Definir quais seriam as instituições participantes do FFF que teriam direito a voto sobre questões relacionadas ao DF; 5. Definir a participação e representação do FFF no encontro nacional do DF; 6. Confirmar os temas para a próxima reunião; 7. Organização da próxima reunião.
<p>Data do documento</p>	<p>08 de outubro de 2021 (correções em 11/10/2021, 14/10/2021 e 21/10/2021).</p>
<p>Elaboração</p>	<p>Redação do relatório base por Jorge Makhlouta Alonso (APEFERJ) com as colaborações de Ronaldo Nogueira Martins (FIRJAN), Telmo Borges Silveira Filho (SEAS) e dos demais representantes das instituições promotoras.</p>

ANEXO: lista de participantes (por ordem alfabética) da reunião do Fórum Florestal Fluminense em 06 de outubro de 2021

N	Participantes	Instituição
1	Abilio Valério Tozini	FAM - RIO
2	Alain Rodrigues Thirkell Wheatley	UFRRJ
3	Alba Simon	ALERJ
4	Alexander Resende	Embrapa Agrobiologia
5	Ana Loreta Xenofonte de Pinho Paiva	Agroicone
6	Andrea Vanini	Fiocruz Mata Atlântica
7	Athila Leandro de Oliveira	Embrapa Agrobiologia
8	Beto Mesquita	BVRio
9	Camila Santos da Silva	SMA São João da Barra
10	Camila Serena de Souza Pinto	Mais Rural
11	Carlos Silva Dambroz	IFF
12	Carolina Brandl	Porto do Açú
13	Claudio Bohrer	UFF
14	Cristiane Roppa	Prefeitura de Quatis
15	Danielle Affonso Sampaio	UFRRJ
16	Erika Cortines	UFRRJ - ITR
17	Evandro da Silva Batista	Prefeitura de Rio Claro
18	Évelin Silva	Prefeitura de Nova Friburgo
19	Felipe Pinho de Oliveira	IFRJ
20	Fernanda Rodrigues	Diálogo Florestal
21	Flávia Carvalho Ribeiro	BVRio
22	Gabriela Viana Moreira	WWF - Brasil
23	Gilberto Pereira	FINATEC
24	Guilherme Di Cesar Mota	Prefeitura de Maricá
25	Gustavo Wyse Abaurre	UFRRJ
26	Hendrik Mansur	TNC
27	Henrique Amarante	Governo do ERJ
28	Iran Borges	Prefeitura de Rio Claro
29	Jorge Alonso	APEFERJ
30	Jorge Antonio da Silva	SENGE - RJ
31	José Arimathéa Oliveira	IFRJ
32	Juliana Muller Freire	Embrapa Agrobiologia
33	Laura Jane Moreira Santiago	UNIRIO
34	Lídia Aguiar	FIRJAN
35	Luiz Fernando Moraes	Embrapa Agrobiologia
36	Luiz Mario Concebida	Governo do ERJ
37	Maria Inês Paes Ferreira	RPPN Águas Claras

38	Mariana Cunha Lemos	INEA - RJ
39	Marie Ikemoto INEA-RJ	INEA - RJ
40	Marina Figueira de Mello	ProMudasRio
41	Marlon Sarubi da Silva	IFRJ
42	Matheus Tiné Palheta de Oliveira	UFRRJ
43	Michelle de Oliveira Ribeiro	APEFERJ
44	Pedro Mello Poppe	UFRRJ
45	Rafael Vigneron Cariello	Prefeitura de Nova Friburgo
46	Ramon Pittizer Moreira	Prefeitura de Nova Friburgo
47	Renato Castro Santos	BVRio
48	Roberta Guagliardi	ITPA
49	Rodolfo Cabral Marçal	FUNBIO
50	Rodolfo Tavares	FAERJ
51	Ronaldo Martins	FIRJAN
52	Salvador Sá	PCRJ
53	Sandra Maria de Oliveira Cunha	Associação Água Marinha
54	Tallita Franklin	Porto do Açú
55	Taruhim Miranda Cardoso Quadros	WWF - Brasil
56	Telmo Borges	SEAS
57	Valdirene de Oliveira Militão	Fiocruz Mata Atlantica
58	Victória Maria Monteiro Mendonça	UFRRJ
59	Vinícius Gaburro de Zorzi	TNC
60	Virginia Cardoso Wanick Vieira	PUC - Rio
